

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**  
*1997*

**CONSELHEIRO RUY LINS DE ALBUQUERQUE**  
Presidente

## 1 – APRESENTAÇÃO

O presente Relatório tem por objetivo demonstrar as principais atividades administrativas e institucionais desenvolvidas pelos diversos órgãos componentes do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no exercício de 1997, período em que, podemos afirmar, esta Corte cumpriu sua missão de executar o controle externo, contando, para tanto, com a contribuição de todos os que fazem esta Casa.

## 2 – CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral atua em duas frentes distintas, quais sejam, o trabalho correicional, além da constante fiscalização no cumprimento das decisões desta Corte de Contas.

No exercício de 1997, foram apresentados 29 pareceres tratando de assuntos ligados à máquina administrativa da Casa, sendo, também, instauradas duas sindicâncias contra servidores do Tribunal.

Dentro da missão de orientação, foram, ainda, exaradas três instruções normativas.

### 2.1 – Das correições

O presente exercício foi dividido em dois momentos: a realização das correições ordinárias no primeiro período, e a existência de correições parciais em um segundo momento. No segundo semestre, foram escolhidos os locais em que o nível de complexidade demandava um novo exame. No total, foram realizadas 29 correições, a saber:

	CORREIÇÃO ORDINÁRIA	CORREIÇÃO PARCIAL
01 - INSPECTORIA / GCL	X	X
02 - INSPECTORIA / SOBES	X	X
03 - INSPECTORIA / CALOURIHO	X	
04 - DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA	X	
05 - INSPECTORIA / PALMAREZ	X	
06 - DEPARTAMENTO CONTABILIDADE	X	
07 - DEPTO. DE ATOS DE PESSOAL	X	X
08 - DEPARTAMENTO C. MUNICIPAL	X	X
09 - PROCURADORIA GERAL	X	
10 - AUDITORIA GERAL	X	
11 - DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS	X	
12 - NÚCLEO DE INFORMÁTICA	X	
13 - DIRETORIA GERAL	X	
14 - DEPARTAMENTO C. ESTADUAL	X	
15 - DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS	X	
16 - DEPTO. GERAL DE PLENÁRIO	X	
17 - INSPECTORIA / JUREMIM	X	X
18 - INSPECTORIA / CARAVANHO	X	X
19 - INSPECTORIA / PETROLINA	X	
20 - INSPECTORIA / BEZERROS	X	
21 - NÚCLEO DE ENGENHARIA	X	
22 - INSPECTORIA / ARCOVERDE	X	X

## 2.2 – Da fiscalização das decisões

Os quadros abaixo demonstram os quantitativos de processos que entraram e saíram da Corregedoria no decorrer do presente exercício, bem como os débitos imputados e pagos.

QUANTIDADE DE PROCESSOS	2º SEMESTRE	1997
CÂMARA	45	114
PREFEITURA	107	229
INDIRETA MUNICIPAL	9	19
ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	40	71
<b>TOTAL</b>	<b>201</b>	<b>433</b>

1997			
VALOR DOS DÉBITOS	IMPUTADOS (UFIRS)	PAGOS (UFIRS)	%
CÂMARA	8.848.720,3598	7.742,3918	0,0875
PREFEITURA	6.664.861,2291	84.078,8647	1,2615
INDIR. MUNICIPAL	97.082,0721	1.190,0527	1,2258
ADMIN. ESTADUAL	1.046.440,0290	1.030,7422	0,0985
<b>TOTAL</b>	<b>16.657.103,6900</b>	<b>94.042,0514</b>	<b>0,5646</b>

## 3 – COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO – CCE

A Coordenadoria de Controle Externo, integrada pela sua Assessoria Técnica, evidenciou claramente que a existência de um corpo de planejamento e acompanhamento permite uma melhor atuação qualitativa e quantitativa da coordenação.

Dentro das atividades rotineiras definidas pela assessoria desta Coordenadoria, destacamos como marcante, no exercício de 1997, a realização do 1º workshop de integração das Inspetorias Regionais que, revestido de sucesso, resultou num amplo diagnóstico da nossa atuação junto à área municipal, e que tem servido de base para a progressiva implantação de melhorias ali sugeridas e discutidas.

A CCE empenhou-se também em oferecer conteúdo técnico ao Núcleo de Informática, quando da criação da página deste TCE na Internet, cumprido o seu papel de viabilizador da integração da atividade-fim com a área de

informatização.

No tocante à realização de treinamento para a área técnica, foi sugerida ao DRH a elaboração de um Plano Diretor de Treinamento. A partir desse contato inicial, foram realizadas reuniões conjuntas, resultando na adoção de uma experiência bastante eficaz de realizar cursos seqüenciados, deslocando-se os instrutores aos locais de treinamento e obedecida uma programação prévia e harmonizada com as atividades de fiscalização, o que resultou numa excelente receptividade.

Por outro lado, em dezembro de 1996, foi editada a Resolução TC nº 13, publicada em janeiro de 1997, que estabelece normas e procedimentos gerais para o desempenho de controle externo, sendo de suma importância a imposição e obediência às regras ali contidas, uma vez que buscam o melhor ordenamento de nossas atividades e sujeitam a sanções administrativas os que as descumprem.

A demonstração das atividades desempenhadas pelos departamentos vinculados à CCE, expressando o realizado no presente exercício, encontra-se abaixo enumerada:

### 3.1 – Departamento de Controle Estadual – DCE

TIPO	SALDO EM JAN/97	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO EM 30.12.97
Prestações de Contas	14	66	75	5
Tomadas de Contas	30	30	56	4
Denúncias	3	8	11	-
Auditorias Especiais	7	15	22	-
Consultas	-	2	2	-
Exec. Orçamentária	1	25	26	-
Suprimento Individual	-	54	54	-
Despesa Normal	-	137	137	-
Repasso Financeiro	-	22	22	-
Subvenção Social	-	154	141	13
Análise de Contratos	-	-	-	-
Análise de Editais	-	9	9	-
TOTAIS	55	522	555	22

### 3.2 – Departamento de Controle Municipal – DCM

TIPO	SALDO EM JAN/97	ENTRADAS	CONCLUÍDOS	SALDO EM 30.11.97
Pess. Contas Adm. Direta	422	405	528	299
Pres. Contas Adm. Indireta	24	38	45	17
Denúncia Adm. Direta	89	74	99	64
Denúncia Adm. Indireta	5	5	5	5
Tom. de Contas Adm. Direta	5	6	4	7
Tom. de Contas Adm. Indireta	45	15	40	20
Convênios Adm. Direta	37	11	26	22
Convênios Adm. Indireta	4	-	3	1
Aud. Especial Adm. Direta	21	52	47	26
Aud. Especial Adm. Indireta	-	2	2	-
Aud. da Exec. Adm. Direta	8	32	17	23
Aud. da Exec. Adm. Indireta	-	-	-	-
Subvenções Sociais	1649	1365	1158	1856
Recursos	4	12	10	6
Atos de Pessoal Municipal	7	8	12	3
Licitação	-	10	9	1
Processos sob Revisão	21	173	144	50
Diversos	6	39	31	14
Totais	2347	2247	2180	2414

Obs.: estes números referem-se a 9 (nove) Inspeorias e 3 (três) Divisões

### 3.3 – Departamento de Atos de Pessoal – DAP

Atividades Desenvolvidas no exercício de 1997, até 01.12.97.

#### 3.3.1 – Divisão de Admissão – DIVA

• Movimento Anual (01.01.97 a 01.12.97)

Saldo em Jan/97.....373 processos  
 Recebeu.....828 processos  
 Liberou.....813 processos  
 Saldo para 01.12.97.....388 processos

#### 3.3.2 – Divisão de Acompanhamento – DIAC

• Registro de Processos Julgados (nomeações, contratações)

Prefeituras Municipais.....	172 processos
Câmaras.....	17 processos
Administração (Direta/Indireta)...	21 processos
Arquivo.....	98 processos
TOTAL.....	308 processos

### 3.3.3 – Divisão de Aposentadoria – DIAP

Saldo em Jan/97.....	1.158 processos
Recebeu.....	5.722 processos
Liberou.....	3.846 processos
Saldo.....	3.024 processos

### 3.4 – Núcleo de Engenharia – NEG

O ano de 1997 foi determinante para o Núcleo de Engenharia, conseguindo-se atualizar as prestações de contas dos processos de 1996 pendentes, e partir para um trabalho de auditorias de acompanhamento nos principais Órgãos do Estado, tornando a atuação mais eficaz e preventiva.

A realização do II Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas pelo Tribunal de Contas de Pernambuco foi um marco para o NEG no corrente ano. As valiosas informações e experiências trocadas e somadas durante este Simpósio contribuirão, sobremaneira, para aprimorar o controle externo no nosso Estado.

3.4.1 – Quadro demonstrativo desempenhado pelo NEG em 1997.

TIPO	CONCLUÍDOS
Prest. Cont. Mun. Adm Direta	9
Prest. Cont. Mun. Adm Ind.	5
Prest. Contas Estadual	20
Denúncias	2
Apreciação de Defesa	38
Consulta	2
Recurso	10
Auditoria Especial	2
Análise de Edital	4
Acompanhamento	7
Convênio	1
Parecer Técnico	1
Auditoria da execução	3
TOTAL	104

## 4 – COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – CAD

O principal objetivo da CAD é coordenar as atividades e o desempenho dos departamentos que a integram, desenvolvido de forma harmônica pelos Departamento de Contabilidade e Finanças, Recursos Humanos, Serviços Gerais e Documentação e Biblioteca.

### 4.1 – Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF

#### 4.1.1 – Da Execução Orçamentária

A receita realizada totalizou R\$ 39.092.578,00 (trinta e nove milhões, noventa e dois mil, quinhentos e setenta e oito reais), que representa 78,75% da receita prevista. Para melhor observação, apresentamos abaixo, os valores da execução orçamentária e respectivos percentuais:

Receita Prevista.....	R\$ 49.699.900,00
Receita Realizada.....	R\$ 39.092.578,00
Diferença.....	R\$ 10.607.322,00
Percentual arrecadado.....	78,75%

Receita Realizada.....	R\$ 39.092.578,00
Despesa Realizada.....	R\$ 40.800.227,00
Diferença.....	R\$ (1.707.649,00)
Percentual gasto.....	104,4%

Despesa Autorizada.....	R\$ 49.699.900,00
Despesa Empenhada.....	R\$ 46.411.944,00
Saldo Orçamentário.....	R\$ 3.287.956,00
Percentual da Realização.....	93,384%

Despesa Empenhada.....	R\$ 46.411.944,00
Despesa Realizada.....	R\$ 40.800.227,00
Diferença.....	R\$ 5.611.717,00

A diferença entre a Despesa Empenhada e a Realizada no valor de R\$ 5.611.717,00 (cinco milhões, seiscentos e onze mil, setecentos e dezessete reais), corresponde aos saldos de Empenhos Feitos por estimativa, essencialmente os referentes à Folha de Pessoal.

O déficit registrado no período foi coberto pela disponibilidade financeira resultante do exercício financeiro de 1996.

Do total da Receita Realizada, R\$ 38.361.963,00 (trinta e oito milhões, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e sessenta e três reais) representam o repasse financeiro dos duodécimos e de saldos não repassados pela Secretaria da Fazenda, em 1996. Este valor corresponde a 98,13% do total da Receita Realizada, que se distribui da seguinte forma:

Quotas automáticas.....	R\$ 38.361.963,00
Rendimentos de Aplicação...R\$	674.660,00
Receitas eventuais... ..R\$	19.134,00
Alienação de Bens.....R\$	30.910,00
Indenização e Restituições...R\$	5.911,00
Total da Receita Realizada...R\$	39.092.578,00

Inclui-se no somatório dos duodécimos, uma parcela de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), do saldo do Convênio de Cooperação Técnica, e mais R\$ 593.804,00 (quinhentos e noventa e três mil, oitocentos e quatro reais), referentes a valores a menor, em 1996.

Basicamente, o dispêndio total do TCE ficou concentrado na Folha de Pessoal que consumiu R\$ 37.094.139,00 (trinta e sete milhões, noventa e quatro mil, cento e trinta e nove reais), correspondente a 93% de sua despesa. A despesa de custeio importou em R\$ 3.239.979,00 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta e nove reais) e os investimentos totalizam R\$ 466.109,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e nove reais).

#### 4.1.2 – Do Patrimônio

Nos onze primeiros meses do exercício de 1997, as despesas com o ativo permanente totalizaram R\$ 466.109,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e nove reais), sendo R\$ 195.328,00 (cento e noventa e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais) referentes à aquisição de 07 (sete) veículos, Volkswagen, Modelo Santana. Para a aquisição de equipamentos

de informática foram destinados R\$ 118.383,25 (cento e dezoito mil, trezentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos). Em aquisição de outros equipamentos e materiais de natureza permanente, foram despendidos recursos no montante de R\$ 152.396,77 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos).

VEÍCULOS	EQUIP. INFORMÁTICA	OUTRAS DESPESAS
R\$ 195.328,98	R\$ 118.383,25	R\$ 152.396,77

#### COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS

Veículos.....	42%
Equip. de Informática.....	25%
Outras despesas.....	33%

#### 4.2 – Departamento de Recursos Humanos – DRH

A Divisão de Treinamento e Desenvolvimento – DITD, neste ano de 1997, foi responsável pelos cursos internos e externos, seminários, congressos e simpósios, como também, em especial, o apoio administrativo do **1º Curso de Pós-Graduação em Contabilidade Pública e Controladoria Governamental**, realizado em conjunto por este Tribunal e a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, através do seu Departamento de Ciências Contábeis, e do II Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas, realizado pelo TCE, no período de 24 a 27 de novembro do corrente ano.

A DITD neste exercício de 1997 ofereceu 103 (cento e três) cursos, tendo treinado 1.480 servidores do TCE.

Para obtenção deste resultado, esta Corte de Contas investiu, através da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento, a quantia de R\$ 309.077,84 (trezentos e nove mil, setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), assim distribuídos:

Total de Cursos Oferecidos: 103  
 Total de Treinados: 1.480  
 Total de investimento em inscrições, material de consumo e serviços: R\$ 84.437,94

Total de custos com diárias: R\$ 163.353,61  
 Total de custos com passag. aéreas: R\$ 55.052,95  
 Total de custos em serviços prestados: R\$ 3.233,34

### 4.3 – Departamento de Serviços Gerais – DSG

No decorrer deste exercício de 1997, o DSG gerenciou as atividades das divisões a ele subordinadas, proporcionando as condições indispensáveis de suporte à gestão administrativa deste TCE, conseqüentemente, criando melhores condições de trabalho.

A preocupação com o oferecimento de condições físicas adequadas ao perfeito funcionamento dos serviços desenvolvidos, fez com que mantivéssemos um caráter constante à conservação da sede e das inspetorias, zelando pela segurança, dando ênfase à conservação das instalações elétricas, telefônicas e hidro-sanitárias dos imóveis desta Corte de Contas.

### 4.4 - Departamento de Documentação e Biblioteca – DDB

A seguir, elencamos as mais importantes atividades desenvolvidas por este Departamento, no exercício de 1997:

#### 4.4.1 – Divisão de Biblioteca

Frequência de usuários.....7.395  
 Empréstimo de livros.....5.000  
 Registro de livros por compra.....250  
 Registro de livros por doação.....100  
 Registro de revistas por doação.....100  
 Livros catalogados.....200  
 Registros no “Kardex”.....416  
 Livros requisitados.....74  
 Consultas a livros.....6.800

Consultas a jornais.....7.000  
 Fotocópias.....3.000

#### 4.4.2 – Divisão de Arquivo

Consultas a Processos de Aposentadoria....199  
 Consultas a Processos de Embargos.....242  
 Consultas a Denúncia.....335  
 Consultas a Jornais Oficiais.....437  
 Frequência de usuários.....394  
 1.607

#### 4.4.3 – Divisão de Divulgação e Legislação – DIDL

##### Da Consulta

Legislação Estadual.....299 leitores  
 Legislação Federal.....183 leitores  
 Legislação Municipal.....052 leitores

##### Do Atendimento

Legislação Estadual.....351 leitores  
 Legislação Federal.....200 leitores  
 Legislação Municipal..... 92 leitores

##### Da Divulgação

Fotocópias.....800  
 Legislação Estadual.....357  
 Legislação Federal.....199  
 Legislação Municipal.....106  
 Legislação Específica  
 Resoluções do TC/PE.....11  
 Portarias.....573

#### 4.4.4 – Divisão de Estatística

Consultas ao IOB.....26  
 Informes Indicadores Tabela.....25  
 Consultas a Indicadores Econômico-financeiros.....217  
 Fotocópias.....98  
 Recortes de jornais.....783

### 5 – DEPARTAMENTO GERAL DO PLENÁRIO – DGP

5.1 – Pareceres Prévios Emitidos: 389

- 159 sobre contas de Prefeitura
- 005 recomendando a aprovação
- 047 recomendando a aprovação com res-  
salvas
- 107 recomendando a rejeição
- 192 sobre contas de Mesas de Câmaras
- 019 recomendando a aprovação
- 063 recomendando a aprovação com res-  
salvas
- 110 recomendando a rejeição

## **5.2 – Recursos Emitidos: 38**

### **5.3 – Acórdãos Emitidos: 2.200**

- 121 Denúncias: 08 procedentes
- 29 procedentes em parte
- 38 improcedentes
- 42 arquivadas
- 01 para encaminhar ao

Tribunal de Contas da União

2.079 – correspondentes a aposentado-  
rias, retificações, transferências para a reserva,  
reformas e recursos.

### **5.4 – Decisões Emitidas: 1.745**

- 229 Consultas
- 119 Recursos
- 081 Auditorias Especiais
- 317 Análises de Atos de Pessoal
- 070 Tomadas de Contas
- 015 Análises de Edital
- 001 Análise de Contrato de Prestação de  
Serviço
- 001 Auto de Infração
- 002 Processos Administrativos Internos
- 001 Solicitação de Auditoria
- 909 Correspondentes a prestação de con-  
tas de Autarquias, Empresas Públicas, Funda-  
ções, Convênios, Subvenções Sociais encami-  
nhadas pela Prefeitura da Cidade do Recife e  
prestações de contas encaminhadas pela Con-  
tadoria Geral do Estado.

## **6 – NÚCLEO DE INFORMÁTICA – NIF**

Neste exercício de 1997, além das ativi-

dades rotineiras à administração de um Depar-  
tamento, podemos destacar como as mais ex-  
pressivas, as seguintes:

- criação da página do TCE na Internet,  
contendo informações institucionais, legislação  
interna, deliberações da Casa, consulta a pro-  
cessos, recomendações aos jurisdicionados,  
esclarecimento ao público, agenda do TCE e  
Fórum de Comunicação da Presidência, poden-  
do ser considerada, hoje, a página mais rica den-  
tre as de todos os Tribunais de Contas Estadu-  
ais e Municipais;

- elaboração do Primeiro Plano Estratég-  
ico de Informática do TCE, em parceria com  
cada Órgão da Casa, para nortear todas as  
ações nesta área durante os exercícios de 1997  
e 1998, apresentando necessidades, soluções a  
serem implantadas, prazos, custos e benefícios  
esperados;

- conclusão e implantação do Sistema  
de Orçamento e confronto de Preços em Obras  
Públicas, para uso em Auditoria de Engenha-  
ria pelo NEG e Inspetorias Regionais;

- implantação e treinamento da rotina de  
envio à CEPE de todo o material publicado no  
Diário Oficial referente ao TCE na Internet.

### **6.1 – Treinamento**

No presente exercício, o TCE mais que  
duplicou o investimento com formação e atua-  
lização de servidores da área de informática,  
destacando-se a participação de pessoal em di-  
versos congressos, simpósio e feiras

### **6.2 – Atendimento à Área Meio**

- Desenvolvimento e implantação, em  
trabalho conjunto com a DRH, da rotina de  
emissão e envelopamento automático dos no-  
vos contracheques, utilizando tecnologia laser.

- Desenvolvimento e implantação do  
Sistema de Acompanhamento Gerencial con-  
solidado da Folha de Pagamento para o CAD.

### 6.3 – Auditoria de Informática

Participação em 10 processos com elaboração de laudo técnico-comercial de contratos e licitações de informática, por provocação, dentre outros, a saber:

- Laudo 01/97 – auditoria especial IPSEP/FUNPAR
- Laudo 03/97 – auditoria especial BANDEPE
- Laudo 06/97 – análise Edital de Licitação da Polícia Militar de Pernambuco
- Laudo 10/97 – prestação de Contas da Secretaria da Fazenda/exercício 1996, em andamento.

### 6.4 – Projetos Desenvolvidos e Implementados dentre outros, a saber:

– restauração da Rede de Microcomputadores com ampliação exponencial e da capacidade de armazenamento de dados comparativos dos computadores centrais (servidores) e do seu desempenho (velocidade);

– instalação da comunicação direta entre as Inspetorias Metropolitanas e a sede, tornando-as aptas a acessar todas as informações disponíveis em nossa rede;

– incorporação de 32 novos microcomputadores, tipo estação, à rede do TCE;

– licitação, recebimento, instalação e configuração da nova plataforma de equipamentos para produção de documentos do DRH, possibilitando, entre outras, a melhoria da emissão de contracheques com tecnologia laser.

### 7 – DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO – CL

Neste exercício foram instaurados 63 processos licitatórios, abaixo elencados, com seus quantitativos nas respectivas modalidades:

MODALIDADE	QUANTITATIVO
CONCORRÊNCIA	02
TOMADA DE PREÇOS	11
CONVITE	20
INEXIGIBILIDADE	23
DISPENSA	06
LEILÃO	01
TOTAL	63

### 7.1 – Demonstrativo, em percentuais, das Licitações realizadas no exercício de 1997, por modalidade.

CONCORRÊNCIA.....	40%
TOMADA DE PREÇOS.....	31%
CONVITE.....	7%
INEXIGIBILIDADE.....	18%
DISPENSA.....	2%
LEILÃO.....	2%

### 7.2 – Em valores:

MODALIDADE	VALOR (RS)
CONCORRÊNCIA	846.000,00
TOMADA DE PREÇOS	627.980,36
CONVITE	135.268,04
INEXIGIBILIDADE	367.952,47
DISPENSA	39.271,74
LEILÃO	30.910,00
TOTAL	2.047.382,61

## 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números anteriormente referidos mostram que este Tribunal, apesar das dificuldades enfrentadas no ano de 1997, procurou realizar suas diversas atribuições, insculpidas nas Cartas Políticas Federal e Estadual, com o indispensável suporte da atividade-meio.

A atividade-fim desta Casa, representada pela execução do controle externo no Estado de Pernambuco, foi alcançada, fruto do esforço conjunto dos diversos órgãos que compõem o TCE, anteriormente referidos, aí inclu-

indo-se a Procuradoria-Geral e a Auditoria-Geral, dirigidas, com proficiência, pelos Drs. Hilton Cavalcanti de Albuquerque e Luiz Arcoverde Cavalcanti, respectivamente.

Na administração que ora se encerra, predominou a continuação do trabalho dos Presidentes que nos antecederam. Ressaltamos, como mais importantes, as seguintes realizações, no exercício de 1997:

1) Criação e disponibilização da página do TCE na Internet;

2) Elaboração do Plano Diretor de Informática, relativo aos exercícios de 1998 e 1999;

3) Capacitação dos servidores desta Casa, com o oferecimento de 103 (cento e três) cursos, oportunidade em que foram treinados 1.480 (mil, quatrocentos e oitenta) servidores em diversas áreas, como as de Informática, Contabilidade, Direito Administrativo, Direito Processual, Engenharia, dentre outras;

4) Realização do pioneiro Curso de Pós-Graduação em Contabilidade Pública e Controladoria Governamental, elaborado em conjunto por este Tribunal e a Universidade Federal de Pernambuco, que alcançou resultados brilhantes como os obtidos no III Encontro Nordestino de Contabilidade, realizado em Aracaju, além da publicação da primeira Revista Brasileira de Contabilidade Pública e Controladoria Governamental, composta unicamente de artigos escritos pelos alunos do supracitado curso.

5) Realização, no Centro de Convenções de Pernambuco, do "II Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas", cujo sucesso foi reconhecido por todos os que dele participaram, em especial os representantes dos demais Tribunais de Contas do país;

6) Participação do TCE, através de representantes de diversos setores, no "XIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil", realizado no Rio de Janeiro;

7) Implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Casa, com o enquadramento de todos, na conformidade do estatuído na Lei nº 11.395, de 13 de

dezembro de 1996;

8) Edição da Resolução TC nº 14, de 17 de dezembro de 1997, que possibilitará, já em fevereiro de 1998, a ocorrência das primeiras progressões e promoções dos servidores integrantes do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares, corolário da implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

9) Elevação gradativa da Gratificação de Auditoria de Controle Externo, que alcançou, em dezembro, o limite máximo permitido pela lei que a disciplinou, fazendo com que a remuneração dos nossos servidores ficasse assemelhada à dos fazendários.

Tudo isto só foi possível pela colaboração de todos os que participaram de nossa administração – servidores, prestadores de serviços, motoristas e policiais militares, a quem devemos agradecimentos.

Agradecemos, ainda, ao companheiro de Presidência, Conselheiro Severino Otávio, ao Conselheiro Fernando Correia, Corregedor-Geral, e aos demais Conselheiros, Antônio Corrêa, Adalberto Farias, Carlos Porto, Roldão Joaquim e Romeu da Fonte, pela maneira como colaboraram com nossa administração, sempre que solicitados.

Quanto à situação financeira do TCE, deixamos a Presidência com R\$ 1.490.318,00 (um milhão, quatrocentos e noventa mil, trezentos e dezoito reais) em caixa, livres de compromissos assumidos em 1997, com a possibilidade de recebimento, em meados do próximo mês, de cerca de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), referentes ao adiantamento do total da remuneração de seus servidores, postos à disposição do Governo do Estado, no exercício de 1998 (Convênio de Cooperação Técnica). Além disso, as despesas processadas e não pagas em 1997, inscritas em Restos a Pagar, alcançam o montante de R\$ 18.320,17 (dezoito mil, trezentos e vinte reais e dezessete centavos), cujo valor encontra-se depositado em conta vinculada. Assim, a próxima administração poderá iniciar sua gestão, sem que haja solução de continuidade nas ações desta Corte.

Parabenizamos, por fim, os novos dirigentes, Conselheiros Severino Otávio, Fernando Correia e Adalberto Farias, conclamando todos os que fazem o Tribunal de Contas a continuarem unidos, a fim de que esta Casa

cada vez mais se fortaleça e possa exercer, em sua plenitude, suas atribuições constitucionais.

**Cons. RUY LINS DE ALBUQUERQUE**  
**Presidente**